

PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS

CONCURSO PÚBLICO



DIA - 29/08/2010

CARGO: FISCAL DE TRIBUTOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS

GABARITO RASCUNHO

PROVA OBJETIVA

01		11		21		31		41	
02		12		22		32		42	
03		13		23		33		43	
04		14		24		34		44	
05		15		25		35		45	
06		16		26		36		46	
07		17		27		37		47	
08		18		28		38		48	
09		19		29		39		49	
10		20		30		40		50	

Com base no texto, responda as questões de 01 a 10:

TEXTO I: UMA AÇÃO NECESSÁRIA

O surgimento de várias empresas que produzem notícias para a internet provocou uma enorme distorção no mercado jornalístico brasileiro: surgiram portais que produzem e veiculam o conteúdo jornalístico, mas são administrados por empresas controladas por capital estrangeiro, algo expressamente proibido pela Constituição. O funcionamento desses portais foi motivo de um pedido formal de investigação, encaminhado na semana passada à Procuradoria-Geral da República (PGR) pelas associações nacionais de Rádio e TV (Abert) e de Jornais (ANJ). As duas entidades exigem providências da PGR sobre essa atuação irregular e pedem explicações sobre quem deve fiscalizar e combater o descumprimento da Constituição na internet.

O artigo 222 da Constituição afirma que “a propriedade de empresa jornalística e de sons e de imagens é privativa de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, ou de pessoas jurídicas constituídas no país”. A participação do capital estrangeiro fica limitada a 30 %. Na representação encaminhada à PGR, a Abert cita como exemplo de veículo virtual controlado por estrangeiros o portal Terra, que pertence ao grupo espanhol Telefónica. /.../ O advogado Luís Roberto Barroso, professor da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, no seminário *Cultura sustentável – Brasil: um caleidoscópio cultural*, promovido pelo Senado, em sua exposição, afirmou que a falta de tratamento isonômico às empresas dos mundos real e virtual é injusta, além de oferecer riscos à soberania do país. “Não se trata de reserva de mercado”, diz ele. “Nenhum país do mundo permite que suas empresas jornalísticas sejam controladas por estrangeiros”.

(Fonte: Isabel Clemente, In: *Época*, p. 70, 17 de maio de 2010)

01 - Assinale a alternativa que reúne a ideia central tratada no texto I:

- a) Os brasileiros estão insatisfeitos com o progresso de algumas empresas estrangeiras que produzem notícias para a internet.
- b) Os estrangeiros apóiam o incentivo que o portal Terra tem oferecido às empresas, pois eles obedecem ao limite de 30 % da participação do capital.
- c) O advogado, e professor da UERJ, reflete sobre a decisão da Abert sobre a injustiça de os estrangeiros terem o controle das empresas produtoras de notícias para os vários portais, como o Terra.
- d) O Procurador-Geral da República pede explicações sobre a atuação irregular das empresas que geram notícias para a internet e deve punir os responsáveis pelo descumprimento à Constituição.
- e) Os jornalistas, através de suas entidades representativas, encaminharam um pedido formal de investigação sobre a atuação irregular de empresas que veiculam notícias para a Internet.

02 - De acordo com o texto I, “A ação necessária” anunciada no título diz respeito à (a):

- a) produção de notícias de forma irregular por brasileiros que se fazem passar por estrangeiros nos portais.
- b) ação de jornalistas estrangeiros que fazem parte das empresas e não são naturalizados como recomenda a lei.
- c) definição sobre a responsabilidade de fiscalização e do combate ao descumprimento da Constituição na internet.
- d) análise das grandes distorções promovidas com a divulgação de notícias de empresas estrangeiras, como a espanhola Telefónica.
- e) declaração de injustiça pela falta de tratamento isonômico dado às empresas dos mundos real e virtual.

03 - Assinale a alternativa em que o fragmento destacado NÃO constitui um posicionamento da autora do texto:

- a) “O surgimento de várias empresas /.../ provocou uma enorme distorção no mercado jornalístico brasileiro...”
- b) “... são administrados por empresas controladas por capital estrangeiro, algo expressamente proibido pela Constituição.”
- c) “As duas entidades exigem providências da PGR sobre essa atuação irregular...”
- d) “a propriedade de empresa jornalística e de sons e de imagens é privativa de brasileiros natos...”
- e) “... a falta de tratamento isonômico às empresas dos mundos real e virtual é injusta”.

04 - Sobre o uso da conjunção “e” no texto, podemos afirmar que:

- a) As ocorrências presentes no texto unem orações.
- b) As quatro ocorrências do primeiro parágrafo unem termos e orações.
- c) As cinco ocorrências do primeiro parágrafo unem orações.
- d) As três ocorrências no segundo parágrafo ligam termos e orações.
- e) As três ocorrências no segundo parágrafo ligam termos.

05 - A função dos dois pontos no primeiro parágrafo do texto é de:

- a) ressalva.
- b) explicação.
- c) oposição.
- d) acréscimo.
- e) finalidade.

06 - Assinale a alternativa correta sobre a relação modo-temporal dos verbos:

- a) O uso predominante do presente e do pretérito perfeito do indicativo é predominante no gênero artigo de opinião.
- b) A presença predominante do presente e do imperfeito do indicativo é própria do artigo de opinião.
- c) A ausência de verbos no futuro do pretérito do indicativo garante a definição do gênero artigo de opinião.
- d) A manifestação explícita de verbos no infinitivo garante a atemporalidade necessária ao gênero notícia.
- e) A organização da notícia no presente do indicativo identifica o texto como uma notícia jornalística.

07 - Assinale a alternativa cuja afirmação é retomada pelo pronome algo exposto no primeiro parágrafo:

- a) A administração de empresas jornalísticas por capital estrangeiro.
- b) O surgimento de várias empresas produtoras de notícias na internet.
- c) O conteúdo jornalístico administrado por empresas controladas por capital estrangeiro.
- d) O funcionamento de portais com conteúdo jornalístico de profissionais estrangeiros.
- e) A distorção do mercado jornalístico brasileiro promovida por jornalistas estrangeiros.

08 - Se colocarmos o termo “funcionamento” no plural, no trecho “O funcionamento desses portais foi motivo de um pedido formal de investigação”, flexionam OBRIGATORIAMENTE:

- a) foram/motivos.
- b) os/foram.
- c) os/foram/motivos.
- d) os/foram/motivos/uns/pedidos/formais.
- e) os/motivos.

09 - Na expressão “não se trata de reserva de mercado” ocorre uma próclise por que:

- a) não se inicia oração com pronome oblíquo.
- b) trata-se de uma oração com pronome indeterminador de sujeito.
- c) o verbo está no presente do indicativo.
- d) o advérbio de negação atrai a partícula na construção sem sujeito.
- e) a conjunção acompanha o termo modificado.

10 - Assinale a alternativa correta em relação aos termos destacados nos dois fragmentos, “... várias empresas que produzem notícias” (primeiro parágrafo) e “... mundo permite que suas empresas jornalísticas sejam controladas por estrangeiros” (segundo parágrafo):

- a) ambos são pronomes e funcionam como retomadas dos termos anteriores, com igual função sintática e semântica.
- b) ambos são conjunções e funcionam como termos que integram uma oração principal a uma subordinada.
- c) os termos exercem papéis diferentes, como conjunção, no primeiro caso, e pronome relativo, no segundo caso.
- d) eles exercem os mesmos papéis, uma vez que introduzem os termos essenciais da oração subordinada a que se referem.
- e) os termos exercem papéis diferentes, sendo pronome relativo, no primeiro caso, e conjunção, no segundo caso.

LEGISLAÇÃO

11 - A respeito do percentual do total da despesa do Poder Legislativo Municipal assinale a alternativa CORRETA.

- a) Despesa do Poder Legislativo Municipal não poderá ultrapassar 6% para Municípios com população de até 100.000 habitantes.
- b) Despesa do Poder Legislativo Municipal não poderá ultrapassar 5% para Municípios com população entre 100.000 e 300.000 habitantes.
- c) Despesa do Poder Legislativo Municipal não poderá ultrapassar 7% para Municípios com população entre 300.001 e 500.000 habitantes.
- d) Despesa do Poder Legislativo Municipal não poderá ultrapassar 4% para Municípios com população entre 500.001 e 3.000.000 de habitantes.
- e) Despesa do Poder Legislativo Municipal não poderá ultrapassar 3,5% para Municípios com população acima de 8.000.001 habitantes.

12 - Com base nas regras da Administração Pública, assinale a alternativa INCORRETA

- a) É vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas.
- b) O prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período.
- c) Os cargos em comissão, exercidos exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.
- d) É garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical.
- e) Os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo.

13 - Com referência o Organização dos Poderes, assinale a opção verdadeira.

- a) Os Deputados e Senadores são invioláveis, civil e penalmente, somente por suas opiniões e votos.
- b) A Câmara dos Deputados compõe-se de representantes do povo, eleitos, pelo sistema proporcional, em cada Estado, em cada Território e no Distrito Federal.
- c) A eleição do Presidente e do Vice-Presidente da República realizar-se-á, simultaneamente, no primeiro domingo de outubro, em primeiro turno, e no penúltimo domingo de outubro, em segundo turno, se houver, do ano anterior ao do término do mandato presidencial vigente.
- d) . Vagando os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República, far-se-á eleição sessenta dias depois de aberta a última vaga.
- e) O Supremo Tribunal Federal compõe-se de onze Ministros, escolhidos dentre cidadãos com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade, de notável saber jurídico e reputação ilibada.

14 - Quanto a Organização do Estado, assinale a alternativa INCORRETA

- a) Os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados ou Territórios Federais, mediante aprovação da população diretamente interessada, através de referendo, e do Congresso Nacional, por lei complementar.
- b) A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios, far-se-ão por lei estadual, dentro do período determinado por Lei Complementar Federal, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei
- c) Os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados ou Territórios Federais, mediante aprovação da população diretamente interessada, através de plebiscito, e do Congresso Nacional, por lei complementar.
- d) O parecer prévio, emitido pelo órgão competente sobre as contas que o Prefeito deve anualmente prestar, só deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal.
- e) O controle externo da Câmara Municipal será exercido com o auxílio dos Tribunais de Contas dos Estados ou do Município ou dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios, onde houver.

15 - A respeito dos direitos sociais dos trabalhadores urbanos e rurais, assinale a opção verdadeira.

- a) É garantido seguro-desemprego tão-somente ao trabalhador urbano, em caso de desemprego involuntário, o que não acontece com o trabalhador rural.
- b) É assegurado piso salarial ao trabalhador urbano proporcional à extensão e à complexidade do trabalho enquanto o piso salarial ao trabalhador rural será proporcional a salubridade da atividade agropecuária.
- c) É garantido remuneração ao trabalho noturno superior à do diurno.
- d) É assegurado jornada de seis horas para o trabalho urbano e de cinco horas para o trabalhador rural realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva.
- e) É proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezesseis e de qualquer trabalho a menores de quatorze anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

16 - Assinale, qual dos princípios da Administração Pública reconhece a validade dos atos praticados por servidor público que de alguma forma foi investido na função ou no cargo de forma irregular:

- a) Legalidade.
- b) Publicidade.
- c) Impessoalidade.
- d) Moralidade.
- e) Eficiência.

17 - Considerando que a Administração Pública direta e indireta realize a persecução do bem comum, por meio do exercício de suas competências de forma imparcial, neutra, transparência e sem burocracia, assinala a essência do princípio da:

- a) Legalidade.
- b) Impessoalidade.
- c) Publicidade.
- d) Moralidade.
- e) Eficiência.

18 - Em relação a responsabilidade civil do Estado, quando as pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos causam danos a terceiros, através de seus agentes, agindo nessa qualidade, presenciamos assim a responsabilidade:

- a) Subjetiva.
- b) Objetiva.
- c) Solidária.
- d) Subsidiária.
- e) integral.

19 - Assinale a opção correta sobre o desfazimento do ato administrativo por questões de conveniência e oportunidade

- a) Nulidade.
- b) Anulação.
- c) Revogação.
- d) Cassação.
- e) Caducidade.

20 - Qual a alternativa abaixo representa atributo do ato administrativo

- a) Impessoalidade.
- b) Proporcionalidade.
- c) Moralidade.
- d) Auto-executoriedade.
- e) Eficiência.

21 - No cargo público a vagância, dentre outros, transcorrerá de

- a) exoneração, demissão.
- b) dispensa, redistribuição.
- c) captação, interdição.
- d) ascensão, transferência.
- e) requerimento, conversão.

22 - Sem nenhum prejuízo, por motivo de casamento, o servidor poderá retirar-se do serviço, por:

- a) 4 (quatro) dias consecutivos.
- b) 7 (sete) dias consecutivos.
- c) 5 (cinco) dias consecutivos.
- d) 10 (dez) dias consecutivos.
- e) 8 (oito) dias consecutivos.

23 - O servidor efetivo só perderá o cargo em benefício de:

- a) 12 dias de faltas sucessivas.
- b) sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa.
- c) 05 dias úteis contínuo.
- d) três suspensões intercaladas.
- e) NDA.

24 - Um dos princípios constitucionais, segundo a Constituição Federal, é

- a) Regime democrático.
- b) Vinculação em os poderes.
- c) República Federativa e igualdade entre Estados.
- d) Livre manifestação de pensamento.
- e) Separação entre Estados-Membros e Municípios

25 - Tomando por base a Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa INCORRETA

- a) Direito à propriedade.
- b) Direito ao contraditório e ampla defesa.
- c) Igualdade de todos perante a lei.
- d) Inviolabilidade à casa, mesmo em caso de flagrante delito ou por determinação da justiça.
- e) Inviolabilidade à vida privada, honra e à imagem.

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

26 - O texto abaixo transcrito, retirado do inciso III, do art. 13, da Lei nº 3.809/2009, refere-se ao exercício de determinado Princípio Básico da Administração Pública Municipal. Analise o texto e responda corretamente qual o princípio enquadrado ao mesmo.

“Na cessão de serviços da administração pública para a privada, mediante contratos administrativos de concessão ou atos permisivos ou autorizativos.”

- a) Planejamento. b) Descentralização. c) Humanização. d) Controle. e) Coordenação.

27 - De acordo com a Lei nº 3.809/2009, compete à secretaria de finanças:

- a) Coordenar a elaboração e a execução do Plano de Governo Municipal.
b) Acompanhar a elaboração e a execução do Plano Plurianual de Investimentos da Prefeitura e do Orçamento Anual.
c) Gerenciar as feiras e mercados.
d) Coordenar e executar o Plano de Obras, Infraestruturas e Urbanização da Administração Municipal.
e) Implementar o planejamento nas ações administrativas.

28 - Leia as afirmativas abaixo e assinale a(s) alternativa(s) CORRETA(S):

I - O Poder Executivo é exercido pelo Prefeito Municipal, auxiliado pelos Secretários Municipais e Assessores subordinados, ocupantes de cargos em comissão, de livre nomeação e exoneração.

II- As atribuições do Chefe do Poder Executivo Municipal são definidas na Constituição da República, Constituição do Estado da Paraíba e na Lei Orgânica do Município.

III - As atribuições dos auxiliares diretos do Prefeito Municipal são aquelas estabelecidas pela Lei nº 3.816/2009, que dispõe sobre a Criação de Cargos, Funções e Remunerações de Servidores no Quadro Efetivo da Prefeitura de Patos.

Assinale a alternativa correta:

- a) I. b) III. c) I e II. d) I e III. e) I, II e III.

29 - De acordo com a Lei 3.816/2009, compete ao arquiteto municipal:

- a) Planejar, organizar, executar e controlar projetos na área da construção civil, bem como realizar investigações e levantamentos técnicos, definir metodologias de execução, desenvolver estudos ambientais, revisar e aprovar projetos, especificar equipamentos, materiais e serviços.
b) Planejar, organizar, analisar e interpretar as imagens e aspectos geográficos do município de Patos.
c) Inserir na base cartográfica digital do município meio-fios, eixo de logradouros, lotes, edificações, hidrografia, ferrovias e outros dados correlatos.
d) Realizar o levantamento periódico dos imóveis do município para embasar o cálculo do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU.
e) Coordenar e coletar dados referentes aos aspectos físicos, econômicos e outros fatores e realizar estudos de urbanização que determinam a natureza, amplitude de ritmo de crescimento e desenvolvimento urbano da cidade.

30 - Segundo a Lei nº 3.816/2009, “Preencher de forma clara e complexa as fichas dos doentes atendidos a domicílio, entregando-os a quem de direito, bem como registrar em livro especial ou dar destino adequado ao espólio ou pertences dos doentes ou acidentados em estado de inconsciência ou que venham a falecer durante o atendimento.”, é competência de que profissional constante no quadro de servidores do Município de Patos-PB?

- a) Médico Classe II (Plantonista).
b) Enfermeiro Classe II (Plantonista).
c) Enfermeiro Classe III (Administrativo).
d) Técnico em enfermagem Classe II (Plantonista).
e) Recepcionista do USF.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

31 - A respeito do imposto sobre propriedade predial e territorial urbana, pode-se afirmar:

- I. Poderá ser progressivo em razão do valor do imóvel.
- II. Terá alíquotas diferentes de acordo com a localização e o uso do imóvel.
- III. Não poderá ser progressivo, nos termos de lei municipal, de forma a assegurar o cumprimento da função social da propriedade.

Assinale a alternativa correta:

- a) I, II e III - verdadeiros.
- b) I, II e III - falsos.
- c) I - verdadeiro, II - verdadeiro e III – falso.
- d) I - falso, II - falso e III – verdadeiro.
- e) I - falso, II - verdadeiro e III – falso.

32 - O poder de polícia é a atividade do Estado, que consiste em limitar o exercício dos direitos individuais em benefício do interesse público. Do exposto, havendo lei instituidora, o exercício do poder de polícia, pelo Estado, autoriza a cobrança de

- a) imposto.
- b) contribuição de melhoria.
- c) taxa.
- d) contribuição especial.
- e) empréstimo compulsório.

33 - A União resolveu instituir no município X uma Delegacia da Receita Federal. O município não poderá cobrar o IPTU sobre o imóvel de propriedade da União, no qual será instalada, em face da Constituição Federal estabelecer a

- a) personalização do imposto.
- b) capacidade contributiva.
- c) isenção tributária.
- d) imunidade tributária.
- e) não incidência legal.

34 - A lei relativa à contribuição de melhoria observará a publicação prévia dos seguintes elementos:

- I. memorial descritivo do projeto.
- II. orçamento do custo da obra.
- III. determinação da parcela do custo da obra a ser financiada pela contribuição.
- IV. delimitação da zona beneficiada.

Assinale a alternativa correta:

- a) I, II, III e IV - verdadeiros.
- b) I, II, III e IV - falsos.
- c) I - verdadeiro, II – verdadeiro, III – falso e IV – falso.
- d) I - falso, II - falso , III – verdadeiro e IV – verdadeiro.
- e) I - falso, II – verdadeiro, III – falso e IV – verdadeiro.

35 - Na ausência de disposição expressa, a autoridade competente para aplicar a legislação tributária utilizará sucessivamente, na ordem indicada:

- I - a analogia.
- II - os princípios gerais de direito tributário.
- III - os princípios gerais de direito público e privado.
- IV - a equidade.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas o item I está correto.
- b) Os itens I e II estão corretos.
- c) Os itens I, II e IV estão corretos.
- d) Os itens II e IV estão corretos.
- e) Todos os itens estão corretos.

36 - A lei tributária que define infrações, ou lhe comina penalidades, interpreta-se da maneira mais favorável ao acusado, em caso de dúvida quanto à

I - capitulação legal do fato.

II - natureza ou às circunstâncias materiais do fato, ou à natureza ou extensão dos seus efeitos.

III - autoria, imputabilidade, ou punibilidade.

IV - natureza da penalidade aplicável, ou à sua graduação.

Marque a alternativa correta:

- a) Apenas o item I está correto.
- b) Os itens I e II estão corretos.
- c) Os itens I, II e IV estão corretos.
- d) Os itens II e IV estão corretos.
- e) Todos os itens estão corretos.

37 - Julgue as assertivas, a seguir, referentes ao crédito tributário e assinale a INCORRETA.

- a) O crédito tributário decorre da obrigação principal e tem a mesma natureza desta.
- b) As circunstâncias que modificam o crédito tributário, sua extensão ou seus efeitos, ou as garantias ou os privilégios a ele atribuídos, ou que excluem sua exigibilidade afetam a obrigação tributária que lhe deu origem.
- c) O crédito tributário regularmente constituído somente se modifica ou se extingue, ou tem sua exigibilidade suspensa ou excluída, nos casos previstos nesta Lei, fora dos quais não podem ser dispensadas, sob pena de responsabilidade funcional na forma da lei, a sua efetivação ou as respectivas garantias.
- d) Compete privativamente à autoridade administrativa constituir o crédito tributário pelo lançamento, assim entendido o procedimento administrativo tendente a verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente, determinar a matéria tributável, calcular o montante do tributo devido, identificar o sujeito passivo e, sendo caso, propor a aplicação da penalidade cabível.
- e) A atividade administrativa de lançamento é vinculada e obrigatória, sob pena de responsabilidade funcional.

38 - O crédito tributário é constituído com o lançamento, a partir do momento da notificação feita ao sujeito passivo e pode ser modificado nas seguintes situações:

- a) impugnação do sujeito passivo; recurso de ofício; iniciativa da própria autoridade administrativa.
- b) recurso de ofício; iniciativa da própria autoridade administrativa.
- c) Iniciativa própria do sujeito passivo; recurso de ofício.
- d) Iniciativa própria do sujeito ativo, recurso de ofício.
- e) Impugnação do sujeito passivo; iniciativa da própria autoridade administrativa.

39 - A modalidade de lançamento em que a autoridade realiza todo o procedimento administrativo, obtém as informações e realiza o lançamento, sem qualquer auxílio do sujeito passivo ou de terceiro, corresponde a:

- a) Lançamento por declaração.
- b) Lançamento misto.
- c) Lançamento por homologação.
- d) Autolancamento.
- e) Lançamento de ofício.

40 - Leia as assertivas abaixo sobre tributos e assinale a(s) correta(s):

I - A obrigação principal surge com a ocorrência do fato gerador, tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária e extingue-se juntamente com o crédito dela decorrente.

II - A obrigação acessória decorrente da legislação tributária tem por objeto as prestações, positivas ou negativas, nela previstas no interesse da arrecadação ou da fiscalização dos tributos.

III - A obrigação acessória não se converte em obrigação principal.

IV - Fato gerador da obrigação acessória é qualquer situação que, na forma da legislação aplicável, impõe a prática ou a abstenção de ato que não configure obrigação principal.

Está correto o que está dito em:

- a) I.
- b) I e II.
- c) I, II e III.
- d) I, II e IV.
- e) I, II, III e IV.

41 - Leia as assertivas abaixo em relação à fiscalização tributária e marque a(s) INCORRETA(S).

- I – Os atos administrativos podem ser vinculados ou discricionários. Os atos do exercício do poder de fiscalização são discricionários e, portanto, reputa-se, submetidos aos estritos limites da lei.
- II – Não é possível a requisição de auxílio de força policial, civil ou militar, federal, estadual ou municipal, pelo auditor fiscal.
- III – É vedada a divulgação de informações relativas a inscrições na dívida ativa da fazenda pública.
- IV – A competência e os poderes das autoridades administrativas, em matéria de fiscalização tributária, são definidas na legislação tributária.

A resposta é:

- a) I. b) I e II. c) I, II e III. d) I, II e IV. e) I, II III e IV.

42 - Em relação à dívida ativa, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Constitui dívida ativa tributária a proveniente de crédito dessa natureza, regularmente inscrita na repartição administrativa competente, depois de esgotado o prazo fixado, para pagamento, pela lei ou por decisão final protegida em processo regulamentar.
- b) A dívida ativa regularmente inscrita goza da presunção de incerteza e liquidez.
- c) A dívida regularmente inscrita tem o efeito de prova pré-constituída.
- d) A certidão negativa expedida com dolo ou fraude, que contenha erro contra a Fazenda Pública, responsabiliza pessoalmente o funcionário que a expedir, pelo crédito tributário e juros de mora acrescidos.
- e) Denomina-se dívida “certa” aquela sobre cuja existência não há dúvida e “líquida” a dívida certa sobre cujo montante também não há dúvida.

43 - Leia as afirmativas abaixo e marque a INCORRETA.

- a) Sujeito ativo da obrigação tributária é a pessoa jurídica de direito público titular da competência para exigir o seu cumprimento.
- b) A elisão fiscal, ao contrário da evasão, consiste em prática contrária a lei.
- c) Fato gerador da obrigação acessória é qualquer situação que, na forma da legislação aplicável, impõe a prática ou a abstenção de ato que não configure obrigação principal.
- d) Não se considera espontânea a denúncia apresentada após o início de qualquer procedimento administrativo ou medida de fiscalização, relacionados com a infração.
- e) São solidariamente obrigadas as pessoas que tenham interesse comum na situação que constitua o fato gerador da obrigação principal.

44 - A propósito do crédito tributário, leia as assertivas abaixo e marque as corretas:

- 1) A legislação tributária pode determinar as garantias exigidas para o pagamento por cheque ou vale postal, desde que não o torne impossível ou mais oneroso que o pagamento em moeda constante.
- 2) Aquele que pagou indevidamente tem o direito à restituição da quantia paga, sem necessidade de mover ação cautelar de protesto com a finalidade de assegurar seu dinheiro.
- 3) Se o tributo for pago a maior por exigência ilegal ou inconstitucional, o tributo deve ser restituído, pois, caso contrário, haveria o enriquecimento sem causa do Poder Público, que seria premiado pela ilegalidade ou inconstitucionalidade de sua lei.
- 4) Prescreve em 5 (cinco) anos a ação anulatória da decisão administrativa que denegar a restituição.
- 5) A lei não pode facultar aos sujeitos ativo e passivo da obrigação tributária celebrar transação que, mediante concessões mútuas, importe em determinação de litígio e conseqüente extinção de crédito tributário.

Está correto o que é dito em:

- a) 1, 2 e 3.
- b) 1, 2, 3, 4 e 5.
- c) 3, 4 e 5.
- d) 4 e 5.
- e) 3 e 4.

- 45 - O lançamento é efetivado e revisto de ofício pela autoridade administrativa nos seguintes casos, EXCETO
- a) quando a lei assim o determine.
 - b) quando a declaração não seja prestada, por quem de direito, no prazo e na forma da legislação tributária.
 - c) quando se comprove falsidade, erro ou omissão quanto a qualquer elemento definido na legislação tributária como sendo de declaração obrigatória.
 - d) quando se comprove ação ou omissão do sujeito passivo, ou de terceiro legalmente obrigado, que dê lugar à aplicação de penalidade pecuniária.
 - e) a revisão de lançamento só pode ser iniciada enquanto extinto o direito da Fazenda Pública.

- 46 - Segundo o Código Tributário Nacional, NÃO se configura como modalidade de extinção do crédito tributário o(a).
- a) pagamento.
 - b) compensação.
 - c) transação.
 - d) remissão.
 - e) majoração.

- 47 - Assinale a alternativa INCORRETA em relação ao Imposto sobre Serviço:
- a) O tributo é de competência municipal.
 - b) Para garantir um mínimo de uniformização e coibir a cobrança de alíquotas excessivas, a CF/88 determinou que as alíquotas máximas são fixadas em lei complementar.
 - c) Tem a mesma característica da taxa.
 - d) A regra geral sobre a competência para instituir o ISS é a local, onde se situa o estabelecimento prestador, excepcionando-se os casos de construção civil, em que a competência tributária se desloca para o local da prestação.
 - e) As alíquotas são fixadas em função do serviço, definido pela lei complementar, e devem ser de, no máximo, 5%, exceto para diversões públicas, que podem atingir até 10%. Dentro desses limites o município poderá legislar.

- 48 - O legislador pode dispensar alguns contribuintes do pagamento de determinado tributo excluindo da hipótese de incidência tributária os seguintes aspectos, EXCETO:
- a) Tempestividade.
 - b) Espacial.
 - c) Temporal.
 - d) Pessoal.
 - e) Material.

- 49 - Suspende(m) a exigibilidade do crédito tributário:
- a) A concessão.
 - b) A moratória.
 - c) O depósito do seu montante integral.
 - d) As reclamações e os recursos, nos termos das leis reguladoras do processo tributário administrativo.
 - e) A concessão da medida liminar em mandato de segurança.

- 50 - Em relação ao fato gerador da obrigação tributária ele pode ser
- I. instantâneo.
 - II. periódico.
 - III. persistente.

Assinale a alternativa correta:

- a) I, II e III - verdadeiros.
- b) I, II e III - falsos.
- c) I - verdadeiro, II - verdadeiro e III - falso.
- d) I - falso, II - falso e III - verdadeiro.
- e) I - falso, II - verdadeiro e III - falso.

FISCAL DE TRIBUTOS